

# INTERCULTURALIDADE(S) E MOBILIDADE(S) NO ESPAÇO EUROPEU: VIVER E COMUNICAR ENTRE CULTURAS

**Natália Ramos**

Universidade Aberta

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI).

natalia@uab.pt

## RESUMO

O aumento da globalização e da mobilidade ao nível nacional e internacional fez aumentar os contactos interculturais, a coabitação com a diversidade cultural e os conflitos, decorrentes de atitudes e comportamentos discriminatórios e racistas, particularmente no contexto europeu. A pluralidade cultural constitui uma característica fundamental das sociedades contemporâneas, nomeadamente europeias. Em Portugal, como na Europa e no resto do mundo, os fenómenos migratórios adquiriram uma importância crescente. Estes fluxos migratórios colocam em contacto o mesmo e o Outro, e uma grande diversidade de culturas e identidades está na origem de numerosas representações sociais, de estereótipos, de preconceitos e de discriminação, colocando desafios às populações autóctones e migrantes, à comunicação e às relações interculturais e, ainda, às práticas e políticas públicas, a diferentes níveis. A promoção de estratégias e de políticas adequadas e a aquisição e o desenvolvimento de competências interculturais são objetivos fundamentais para viver, comunicar e fazer face à diversidade e complexidade que caracterizam o tecido social e cultural de hoje, para a educação das crianças, jovens e adultos, assim como para o desenvolvimento da solidariedade nacional e internacional e para a formação de cidadãos e profissionais, não só nacionais, mas também transnacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** mobilidades, interculturalidades, relações interculturais, sociedade multicultural, comunicação intercultural.

## **ABSTRACT**

The increasing of globalization and mobility at the national and international levels has enlarged intercultural contacts, the cohabitation with cultural diversity and the conflicts, emerged from attitudes and discriminatory behaviors and racism, particularly in European context. The cultural plurality constitutes an essential characteristic of contemporary societies, mainly in Europe. In Portugal, as well as in Europe and in the rest of the world, the migratory phenomenon has become increasingly important. Population mobility and migratory flux put into contact the same and the Other and a great diversity of cultures and identities, that are found in the source of various social representations, stereotypes, prejudices and discrimination, posing challenges to autochthon people and migrants, communication and intercultural relations, in addition to the practices and public politics at different levels. The promotion of practices, strategies and appropriate politics added to the acquisition and development of intercultural competences are essential objectives for living, communicating and managing to the diversity and complexity that characterize the social and cultural fabric of today, for the education of children, young and adults, as well as for the development of national and international solidarity and the development of citizens and professionals, who are not only national but also transnational people.

**KEYWORDS:** mobilities, interculturalities, intercultural relations, multicultural society, intercultural communication.

## **INTRODUÇÃO – DIVERSIDADE CULTURAL E GLOBALIZAÇÃO**

Atualmente, as questões da multi/interculturalidade e da mobilidade das populações são da maior importância no contexto do mundo globalizado e estão no centro das preocupações da maioria dos Estados, nomeadamente da União Europeia, colocando novos problemas e desafios à sociedade, às políticas do século XXI nos diferentes setores e à convivência e relações entre as culturas, as nações e os indivíduos.

Estas problemáticas implicam um novo reposicionamento metodológico e epistemológico, um novo paradigma ao nível da investigação, da formação e da intervenção no domínio das relações interculturais. A(s) interculturalidade(s) vêm colocar numerosas questões às práticas, estratégias e políticas relativas à gestão da interculturalidade e da comunicação, em particular da comunicação intercultural, bem como à gestão das interações entre o Eu e o Outro, à negociação dos processos psicossociais inerentes aos contactos interculturais e à negociação das identidades e dos conflitos.

A diversidade intercultural e a gestão da(s) interculturalidade(s) são objeto de preocupação de vários organismos internacionais, nomeadamente a UNESCO, a OCDE, o Conselho da Europa e a Comissão Europeia, e nacionais tais como o ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), os quais têm desenvolvido projetos e iniciativas variados, tendo em vista a promoção do diálogo intercultural, constituindo um dos campos mais importantes da contemporaneidade nos diversos domínios científicos e interventivos. Exemplo destas iniciativas foi a promoção pela Comissão Europeia e pelo Conselho da Europa, em 1997, do *Ano Europeu contra o Racismo e a Xenofobia* e, em 2008, do *Ano Europeu do Diálogo Intercultural* e do Projeto Europeu *Cidades Interculturais*.

O Projeto Europeu *Cidades Interculturais* tem como objetivo analisar o impacto da diversidade cultural e das migrações nas cidades europeias, onde mais de 20 países contam, pelo menos, com 5% de habitantes que nasceram no estrangeiro, e elaborar estratégias e políticas suscetíveis de ajudar as cidades a fazer da diversidade um fator de desenvolvimento, de enriquecimento e de bem-estar para todos. Este projeto visa a gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas, de modo a fazer-se da cidade um espaço aberto e plural e um lugar privilegiado de diálogo intercultural.

A multiculturalidade crescente no tecido social faz com que as cidades, as sociedades, os Estados e as diferentes instâncias sociais sejam confrontadas com uma grande heterogeneidade linguística, cultural e comportamental dos seus utentes, profissionais e cidadãos, assim como com atitudes e comportamentos nacionalistas, racistas e xenófobos. Estas constatações exigem a adoção de práticas, estratégias e políticas adequadas para fazer face a estas novas realidades políticas, sociais, culturais, educacionais, comunicacionais e sanitárias e implicam o desenvolvimento de competências para gerir a complexidade das relações entre pessoas e grupos de culturas diferentes, assim como os conflitos e a cooperação transnacional.

Em Portugal, o Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural introduziu no *Plano para a Integração dos Imigrantes, 2010-2013* (PCM/ACIDI IP, 2010), várias *medidas* tendo em vista o desenvolvimento de políticas e iniciativas incidindo sobre diferentes áreas de intervenção, nomeadamente sobre as questões da língua, cultura e comunicação, da educação intercultural, do combate ao racismo e à discriminação, da promoção da diversidade e da interculturalidade, das quais destacamos algumas: consolidação do *Programa Português para Todos*, dirigido à população imigrante e promovendo o conhecimento da língua portuguesa como fator de integração; reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, sobretudo na área da cultura, tendo em vista a promoção do diálogo intercultural e a multiculturalidade; reforço da formação para a interculturalidade na formação contínua dos professores; apoio ao

acolhimento e integração de estudantes estrangeiros e descendentes de imigrantes em Portugal; medidas legislativas, divulgação e formação no combate à discriminação racial; promoção da diversidade cultural e religiosa nos média; sensibilização da opinião pública para a promoção e valorização da diversidade; sensibilização e capacitação para a interculturalidade e diálogo inter-religioso no acolhimento e apoio à integração dos imigrantes e no atendimento dos serviços públicos.

A diversidade cultural é reconhecida pela UNESCO (2001, 2005, 2007) como uma *característica inerente à humanidade, um património comum e uma fonte de um mundo mais rico e diversificado que alarga a possibilidade de escolhas e fortalece as capacidades e os valores humanos*.

A adoção, em 20 de Outubro de 2005, pela UNESCO (2005, 2007) da *Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* representa uma etapa fundamental para a emergência do direito cultural internacional. Esta convenção constitui o primeiro documento internacional com valor jurídico a estatuar sobre a importância da cultura e da diversidade cultural no domínio das políticas culturais, mas também no âmbito da cooperação internacional, do desenvolvimento, das relações interculturais e dos direitos humanos.

A convenção da UNESCO concilia a defesa de duas visões: do *universalismo* (com a defesa dos valores universais da paz, da solidariedade, da justiça e dos direitos do homem) e do *particularismo* (com a defesa da liberdade de cada um expressar a sua cultura, decidir as suas escolhas e afirmar a sua identidade).

O aumento da mobilidade, da globalização e dos fluxos migratórios, tanto ao nível nacional como internacional, fez aumentar a multiculturalidade, as relações e os contactos interculturais, a coabitação com a pluralidade social e cultural, particularmente no contexto europeu. A diversidade cultural integra cada vez mais todos os domínios da esfera pública no espaço mundial e europeu e esta diversidade deverá ser considerada, como destaca a UNESCO (2001), na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, artigo 3: *“uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas, também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória”*.

Para Tourraine (2004) e Wiewiorka (2007), a cultura está no centro do que une e divide as sociedades contemporâneas. Concordámos com Wolton (2003) quando assinala que *aprender a gerir a diversidade cultural constitui a verdadeira riqueza das sociedades futuras*.

O Conselho da Europa (2000) acentua que é necessário prevenir os perigos e conflitos que podem resultar da marginalização daqueles que não possuem competências para viverem e comunicarem num mundo multicultural, interativo, interdependente e global.

Para Sandercock (2004), o diálogo intercultural tem de estar presente no quotidiano e assentar em dois tipos de direitos fundamentais: o *direito à cidade*, enquanto espaço coletivo, promotor da participação e de integração de todos na vivência da cidade e o *direito à diferença*, enquanto promoção e valorização da diversidade, da comunicação intercultural e da alteridade.

O encontro intercultural e as relações entre o Eu e o Outro são influenciados por representações sociais, por estereótipos, preconceitos, projeções culturais, ideológicas e políticas. Estes elementos vão ter importância quer na aceitação/inclusão, quer na discriminação/exclusão da diferença, do estrangeiro; quer na anulação ou valorização da identidade do Outro e da alteridade; quer, ainda, no desenvolvimento e bem-estar ou no sofrimento e doença.

O Outro poderá ser visto como alguém a tolerar, como um sujeito pleno de um grupo social, como uma fonte social e cultural positiva, como um cidadão com direito à afirmação à diferença e à participação, ou como ameaça e fonte do mal e, conseqüentemente, um sujeito a excluir, a discriminar ou a eliminar.

O encontro entre pessoas e grupos diferentes do ponto de vista cultural, étnico ou linguístico, os processos adaptativos e as dificuldades psicossociais, comunicacionais, educacionais e de saúde que os indivíduos e os grupos encontram no contacto com outras culturas, assim como a *aculturação psicológica*, ou seja, as mudanças que o indivíduo experiencia em resultado da relação com outra cultura e da participação no processo de aculturação, têm vindo a ser objeto de estudo e intervenção de vários domínios científicos, nomeadamente da Psicologia. Também têm vindo a ser analisados, igualmente neste âmbito, os fatores cognitivos, afetivos, sociais e comportamentais que podem originar problemas nas relações interculturais, nomeadamente o *stress de aculturação*, os estereótipos, a discriminação, o etnocentrismo e o desenvolvimento de competências interculturais.

Para além de terem de enfrentar as mudanças e as dificuldades de adaptação a uma nova língua, cultura, trabalho e estilo de vida, os migrantes e minorias são confrontados com outras práticas comunicacionais, sociais, educativas e sanitárias, assim como com problemas relacionais e atitudes de discriminação e violência.

Por exemplo, a crise económica e social, que se tem vindo a acentuar na Europa e em Portugal, tem aumentado as situações de discriminação, de xenofobia e de violência em relação aos migrantes e minorias étnicas, e as medidas protecionistas dos Estados e dos meios de comunicação social, contribuem, igualmente, para estas atitudes discriminatórias.

Contudo, apesar das dificuldades decorrentes dos contactos interculturais, as investigações evidenciam as vantagens para todos, nacionais, migrantes e minorias étnico-

culturais, dos contactos interculturais, das vivências entre culturas, nomeadamente do *biculturalismo*, ao salientarem que os indivíduos biculturais possuem uma maior competência e flexibilidade para expressarem diferentes aptidões em situações e contextos variados (Marin,1996).

## **CONTEXTOS DA MULTI/INTERCULTURALIDADE - FIGURAS DO OUTRO E DA ALTERIDADE**

Tem-se vindo a assistir no mundo e na Europa a uma intensificação da diversidade cultural e a uma afirmação das diferenças. No mundo aberto e plural atual, com a globalização e os novos meios e tecnologias de informação e comunicação, com os média, a internet, as facilidades de deslocação e os meios de transporte rápidos, a diversidade cultural, o Outro, as minorias étnicas têm um outro estatuto e imagem. A diversidade cultural e o Outro não estão longínquos, mas estão mais próximos e presentes no quotidiano, coabitam conosco nos espaços públicos, nas instituições, e reclamam respeito e direitos. Temos uma diversidade cultural que encontramos no espaço europeu, no seio dos Estados, das cidades, no dia a dia, relacionada com a abertura ao mundo, a(s) interculturalidade(s), a(s) mobilidade(s) e a(s) cidadania(s).

Temos o estatuto do Outro no quadro das migrações, da globalização e da Convenção da UNESCO (2001, 2005, 2007), reconhecendo a igualdade das culturas e constituindo uma revolução democrática no plano internacional.

A primeira figura do Outro e da diversidade cultural é o Migrante, aquele para quem a migração poderá aumentar a liberdade, as oportunidades de decisão e o poder de escolha, melhorar as condições de vida, alargar o acesso aos serviços básicos, à escolaridade, à saúde e à participação e constituir um fator importante de desenvolvimento, se lhe for proporcionado acolhimento e contextos social, educacional, sanitário e político adequados.

O processo migratório não é simplesmente sinónimo de encontro cultural, sendo um processo complexo e contraditório, uma experiência de perda, rutura e mudança, vivenciada pelo indivíduo de forma traumatizante ou harmoniosa, segundo os seus recursos individuais e sociais, implicando uma adaptação social e psicológica à cultura de acolhimento, a um meio novo, desconhecido ou hostil. Esta adaptação vai depender de factores múltiplos relacionados com aspetos específicos da aculturação.

Sobre a aculturação psicológica, Berry (1989), ao estudar as relações entre os imigrantes e as sociedades de acolhimento, propõe um modelo bidimensional em que distingue quatro tipos de estratégias de adaptação, de que resultam 4 modos de aculturação, tendo em conta a importância que se dá ou não à manutenção, por um lado, da

identidade e da cultura de origem e, por outro, às relações com os outros grupos e com a sociedade de acolhimento. São as seguintes as *modalidades de aculturação* identificadas por este autor:

*Assimilação* - processo unilateral pelo qual os membros de um grupo social, geralmente minoritário, se apropriam dos elementos culturais de um outro grupo, geralmente maioritário, em detrimento dos seus padrões culturais e identidade para se adaptarem às exigências de uma situação desigual de encontro entre grupos. O imigrante adota os traços culturais da sociedade de acolhimento com prejuízo do abandono da sua identidade de origem;

*Integração* - manutenção parcial da identidade cultural do grupo étnico-cultural de origem com uma participação, mais ou menos ativa, dos indivíduos na nova sociedade, adotando igualmente comportamentos e valores dessa sociedade. Esta estratégia permite ao imigrante adotar aspetos da cultura maioritária mantendo, igualmente, a sua cultura de origem;

*Separação* - quando o indivíduo tenta preservar a sua identidade cultural, fechando-se na sua cultura de origem, sem procurar estabelecer relações com os membros da comunidade recetora ou rejeitando a cultura dominante;

*Marginalização* – o grupo dominante impede o indivíduo de participar no funcionamento das instituições e na vida social do grupo maioritário, devido a práticas discriminatórias. Esta situação é acompanhada geralmente de *stresse* e desorganização mental, já que o indivíduo ou o grupo minoritário perdeu a sua identidade cultural devido, geralmente, a políticas assimilacionistas, não tendo, ao mesmo tempo, o direito de participar no funcionamento das instituições e na vida da sociedade de acolhimento, encontrando-se excluído de ambas as culturas.

Entre as modalidades de aculturação, as investigações realçam que a integração é o modo mais adaptativo de aculturação, provendo nos grupos mais sentimentos de satisfação e bem-estar, sendo os indivíduos que procuram a integração os que têm a taxa de *stresse* mais baixa (Berry, 1989, 1992, Phinney *et al.*, 2001). Contrariamente, a marginalização constitui o modo de aculturação que mais conduz a situações de *stresse*, sendo os indivíduos que vivem situações de conflito nas suas tentativas de separação os que apresentam o nível de *stresse* mais elevado.

Para os migrantes, a probabilidade de um nível de *stresse* elevado é maior nas sociedades monoculturais e assimilacionistas do que nas sociedades tolerantes e pluralistas.

O processo migratório faz-se acompanhar de mudanças diversas: *temporais* (antes e depois da emigração); *espaciais* (lá e cá, o mesmo e o outro); *físicas* (novo meio, habitação,

hábitos de vida); *biológicas* (nova alimentação e doenças); *sociais* (novas relações interindividuais e intergrupais, novos padrões de atividade e de relações sociais); *culturais* (a educação, a religião e a língua são, muitas vezes, modificadas pelas sociedades de acolhimento); *psicológicas* (ao nível das motivações, das aptidões, da identidade individual e cultural); *políticas* (perda de autonomia).

Algumas destas mudanças poderão ser bastante positivas, especialmente no que se refere à melhoria das condições socioeconómicas, à educação e à saúde; outras poderão originar dificuldades de adaptação, problemas psicológicos e *stresse de aculturação*.

A coexistência de códigos culturais, por vezes contraditórios e incompreensíveis, e a impossibilidade de estabelecer mediações entre universos culturais diferentes, assim como a incapacidade em lidar com as exigências do ambiente e a ansiedade e conflitos decorrentes das decisões entre o que manter e abandonar da cultura de origem, poderão ter efeitos desorganizadores no comportamento e estar na origem de distúrbios psicopatológicos e *stresse de aculturação* (Ramos, 2004, 2006, 2008a,c, 2009d).

As características sociodemográficas e as experiências do indivíduo, tais como a idade, o sexo, a situação familiar, o nível socioeconómico, o estatuto social, a tortura, a exclusão ou a xenofobia, podem influenciar o nível de *stresse*, assim como as características psicológicas do indivíduo, nomeadamente as estratégias de adaptação (*coping*), o controlo, as motivações, as competências, a atitude face ao processo de aculturação e o sentido de identidade cultural.

Também, entre as comunidades de imigrantes e de minorias étnicas, certos traços culturais, tais como o grau de coesão familiar e do grupo, o suporte social, as redes de solidariedade grupal, o sentimento de pertença identitária e os valores religiosos e espirituais, são elementos protetores contra a doença mental e o *stresse de aculturação*.

O *stresse* devido à aculturação manifesta-se, nomeadamente, por problemas psíquicos (depressão, angústia, ansiedade, confusão), por problemas identitários, de marginalização, sentimentos de insegurança e perda de autoestima, podendo ser mais ou menos importante, mas não inevitável (Berry, 1989).

Muitos migrantes carregam frequentemente uma dupla vulnerabilidade (psicológica e social) e uma dupla exclusão (do país/cultura de origem e do país/cultura de acolhimento). Este Outro migrante é, frequentemente, ignorado e/ou discriminado, sobretudo o migrante pobre, objeto de medos, de ameaça e de exclusão. Os migrantes são, muitas vezes, confrontados com fronteiras de identidade e de pobreza, com fronteiras de preconceito, violência e de racismo que os conduzem a situações de sofrimento, desilusão e mal-estar, as quais podem afetar a sua identidade, integração, saúde e capacidade para reclamar e defender os seus direitos.

Contudo, no mundo globalizado de hoje, os indivíduos continuam a migrar, dentro ou para fora dos seus territórios, em busca de melhores perspetivas de vida, devendo estas deslocações ser consideradas um direito humano. A migração ocorre, sobretudo, no interior dos países, estimando-se que haja aproximadamente 740 milhões de migrantes internos e 214 milhões de migrantes internacionais, representando estes cerca de 3% da população mundial, ou seja, uma em cada 33 pessoas é migrante no mundo de hoje. Destes migrantes internacionais, cerca de 100 milhões são mulheres, constituindo a feminização das migrações uma das características das migrações atuais – na Europa, as mulheres representam 53% dos migrantes. Os que migram devido à insegurança, catástrofes ou guerra são cerca de 14 milhões e representam 7% dos migrantes no mundo (IOM, ONU).

São os continentes europeu (com 69,8 milhões de migrantes) e asiático (com 61,3 milhões) os que acolhem no seu território o maior número de migrantes. Dos 27 países da União Europeia, é a Alemanha que reúne o maior número de cidadãos estrangeiros, num total de 7,2 milhões, seguida da Espanha com 5,6 milhões, e o Reino Unido com mais de 4 milhões.

Em Portugal, os estrangeiros com situação legalizada representam atualmente 4,3% da população residente, totalizando cerca de 457 mil pessoas, sendo os brasileiros (26%), os ucranianos (12%) e os cabo-verdianos (11%) os mais representativos dos estrangeiros com situação legal em Portugal (INE, OCDE, EUROSTAT).

Em Portugal, no ano letivo de 2008/2009, estavam inscritos nas escolas portuguesas do ensino básico e secundário 70508 alunos de origem estrangeira, divididos por 90 nacionalidades, sendo as mais representativas as do Brasil e de Cabo Verde, segundo dados do Ministério da Educação (GEPE).

De acordo com o Observatório Português da Ciência e do Ensino Superior - OCES, em Portugal, o número de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior tem vindo a aumentar nos últimos anos, registando-se um crescimento de 65,7% entre os anos letivos de 1999/2000 e 2004/2005. Neste ano letivo, 17594 estrangeiros estavam inscritos no ensino superior público e privado português, sendo a maioria de Angola (4.258), Cabo Verde (3.835) e Brasil (1.796).

A diversidade cultural está, igualmente, representada nos cerca de 3 milhões de estudantes de ensino superior que se encontram fora dos seus países, tendo duplicado o aumento dos estudantes internacionais desde 2000. Os EUA, o Reino Unido, a Alemanha, a França e a Austrália são os principais países de destino (OCDE, 2010). Em muitas universidades portuguesas, o número de alunos estrangeiros já representa cerca de 10%. A grande maioria dos que vêm estudar para Portugal é brasileira, mas também espanhola e italiana, fortemente representados no programa Erasmus. Estudantes da Polónia, República

Checa, Alemanha e Reino Unido são também significativos (Agência Nacional PROALV, 2011). Na União Europeia, no quadro do programa de mobilidade ERASMUS, programa a funcionar desde 1987, já são mais de um milhão e seiscentos mil (1 683 928) os estudantes universitários que, entre 1987 e 2007, frequentaram outras instituições de ensino superior de um dos trinta e dois países europeus participantes neste programa.

Outra figura do Outro e da diversidade cultural está associada à cidade, à urbanização, àquele que habita a cidade e os seus arredores. Com efeito, mais de metade da população mundial (65%) oriunda de diversos universos culturais e sociais, habita hoje em zonas urbanas e suburbanas, prevendo-se que, em 2030, as cidades do mundo em desenvolvimento acolham 80% do total da população, contribuindo as migrações para este aumento populacional (Ramos, 2008a). O século XXI será o século da cidade (UNFPA, 2008) e das interculturalidades. Neste sentido, o Conselho da Europa e a Comissão Europeia insistem na necessidade de promover a *Cidade Aberta e Intercultural* e acolher a diversidade cultural nas cidades ditas *globais*, de modo a responder às novas dinâmicas e necessidades das sociedades atuais.

Outra figura de diversidade cultural e do Outro são os cerca de 300 milhões de indivíduos, distribuídos por mais de 70 países, que pertencem a grupos indígenas, representando cerca de 4 000 línguas. Na América Latina, por exemplo, os 50 milhões de indígenas constituem 11% da população da região (PNUD, 2004). Só no Brasil vivem 896,9 milhares de índios (0,47% da população brasileira), divididos por 305 etnias e falando 274 línguas diferentes, segundo dados do Censo de 2010 (IBGE, 2012).

Outra figura de diversidade cultural são os cerca de 11 milhões de ciganos residentes em diferentes países da Europa, nomeadamente em Portugal, os quais constituem a maior minoria étnica neste continente e enfrentam em geral condições de vida mais difíceis, maior mortalidade infantil e esperança de vida inferior ao resto da população.

Também a União Europeia, projeto político que envolve 27 países e 500 milhões de habitantes com história e língua diferentes (26 línguas) e com identidades sociais e culturais fortes, constitui um grande desafio político, cultural, educacional, comunicacional e, em particular, um desafio à interculturalidade e à alteridade, ao diálogo e à coabitação intercultural.

## **PARADIGMA INTERCULTURAL E COMPETÊNCIAS**

A globalização e a mobilidade das populações proporcionam o contacto de grande diversidade de culturas e identidades, vêm colocar desafios às populações autóctones e migrantes e às relações interculturais e exigir um novo paradigma na pesquisa e intervenção

que denominámos de *Paradigma Intercultural*. Este paradigma vem introduzir a pluralidade, a heterogeneidade, a descontinuidade, a complexidade e a multi/interdisciplinaridade na pesquisa, formação e intervenção, implicando um novo reposicionamento metodológico, epistemológico e ético, assente em *três vertentes estruturantes*:

*Conceptual* – As diferenças culturais são definidas não como elementos objetivos com carácter estático, mas como entidades dinâmicas e interativas, que se dão sentido mútuo. A abordagem intercultural constitui uma outra forma de analisar a diversidade cultural, não a partir das culturas consideradas como entidades independentes e homogêneas, mas a partir de processos e de interações;

*Metodológica* – A abordagem intercultural define-se como global, multidimensional e interdisciplinar, de modo a dar conta das dinâmicas e da complexidade dos fenómenos sociais e a fim de evitar os processos de categorização. Trata-se, para o investigador/educador/interveniente, de adquirir familiaridade com o universo social e cultural sobre o qual trabalha, de compreender as representações que o animam e de se interrogar de forma reflexiva não só sobre a cultura do outro, mas, também, e em primeiro lugar, sobre a sua própria cultura;

*Ética* – A perspectiva intercultural tem como objetivo o conhecimento das culturas, mas, sobretudo, a relação entre elas e o Outro, implicando uma atitude de descentração (Piaget, 1970). Envolve uma reflexão sobre a forma de respeitar a diversidade individual, social e cultural, de conciliar o universal e o particular, o global e o local, de adaptação à complexidade estrutural duma sociedade e à sua conflitualidade.

A reflexão sobre a diversidade cultural através do *paradigma intercultural* envolve processos dinâmicos e multidimensionais (Bierbrauer e Pedersen, 1996), reenvia aos conceitos de *reciprocidade*, de *complexidade* (Morin, 1990), de *complementaridade* (Devereux, 1992) e de *facto social total* (Mauss, 1950, Mead, 1950) e implica o desenvolvimento de diversas competências:

- *competências individuais* que permitam interações sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas e que promovam uma atitude de descentração, a qual permitirá flexibilizar e relativizar princípios, modelos e competências apresentados como únicos e universais e evitar muitos comportamentos de intolerância e discriminação;

- *competências interculturais*, sobretudo linguísticas, comunicacionais e pedagógicas, que facilitem, por um lado, a comunicação intercultural e a consciencialização cultural e, por outro, que promovam práticas e intervenções interculturalmente competentes e inclusivas, bem como profissionais e cidadãos culturalmente sensíveis e implicados.

- *competências de cidadania*, que tornem possível o funcionamento democrático das sociedades e das instituições.

## DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS INTERCULTURAIS

É muito grande e variado o tipo e número de competências comunicacionais e interculturais gerais e específicas que é necessário desenvolver e colocar em ação nas relações interculturais em função dos diversos contextos (Ramos, 2001, 2002, 2003, 2007a,b, 2008b, 2009a,b,c, 2010, 2011). Para desenvolver competências no domínio intercultural, nas relações interculturais e na comunicação entre indivíduos, grupos e culturas, é importante nomeadamente:

- aprender a conhecer-se a si mesmo e à sua própria cultura e tomar consciência da sua própria identidade cultural;

- aprender a conhecer e a compreender o “sentido” de normas e valores, os quadros de referência do Outro e os códigos culturais respetivos e tomar consciência das diferenças e especificidades culturais;

- desenvolver certas atitudes e traços de personalidade, tais como abertura de espírito, empatia, criatividade, flexibilidade, autoconfiança, curiosidade e interesse pela cultura, costumes e tradições do Outro, capacidade para gerir as emoções e conflitos e para estabelecer a confiança, a cooperação e a negociação;

- tomar consciência do grau de determinismo cultural dos comportamentos, desenvolver a *consciencialização cultural*. Esta constitui um processo de aprendizagem cultural, que visa desenvolver a capacidade de analisar o mundo do ponto de vista de uma outra cultura e as competências para reconhecer as diferenças e a pluralidade (Hoopes, 1980);

- lutar contra o etnocentrismo, ou seja, a tendência a interpretar a realidade a partir dos nossos próprios critérios e modelos culturais. O etnocentrismo, tal como os estereótipos e os preconceitos, constituem barreiras, *filtros culturais* à comunicação intercultural e estão na origem de conflitos e incompreensão entre grupos minoritários e majoritários (Samovar & Porter, 1988, Ladmiral & Lipiansky, 1992, Cohen-Émerique, 1993);

- evitar julgamentos rápidos e superficiais, estereótipos, preconceitos e atitudes etnocêntricas, o que permitirá colocar-se no lugar do outro de forma a tentar compreender as coisas do seu ponto de vista, permitindo assim a *descentração*. A atitude e a prática da descentração dão-nos a capacidade de relativizar e de visualizar uma situação através de várias perspetivas e outros quadros de referência, ajudam cada um a adotar uma certa distância em relação a si mesmo e conduzem à autoreflexão, constituindo uma das atitudes que todos os profissionais, particularmente os educadores, têm de trabalhar em permanência (Piaget, 1970);

- desenvolver a empatia, o que implica a capacidade de se colocar no lugar do Outro e o seu reconhecimento e aceitação na sua individualidade e singularidade;
- dispor de tempo para comunicar, para compreender uma situação, estar atento às mensagens silenciosas da comunicação não verbal, ter em conta os contextos físico, social e humano onde se desenrola a comunicação, assim como aprender a respeitar os ritmos e os estilos de comunicação próprios a cada indivíduo e a cada cultura;
- desenvolver estratégias e intervenções psicossociais e educativas interculturais, incluindo uma formação centrada na cultura dos diferentes grupos ou comunidades presentes no mesmo espaço educacional ou social e nas relações interculturais (Ramos, 1997, 1998);
- implementar uma formação adequada dos professores, desde a formação de base à formação contínua, e efectuar uma revisão dos programas e dos materiais didáticos;
- respeitar a diversidade linguística e as línguas maternas e promover a aprendizagem de línguas estrangeiras;
- trabalhar os currícula e os materiais de aprendizagem, inclusive os que apresentam mensagens discriminatórias e “racistas”, utilizando-os como instrumentos de consciencialização intercultural;
- utilizar adequadamente os meios de comunicação social, em particular os media audiovisuais, nomeadamente na sensibilização à interculturalidade e no combate aos preconceitos, estereótipos e a todas as formas de discriminação;
- aprender a construir projetos e a encontrar soluções em conjunto para a resolução de conflitos e para a compreensão das relações interculturais e de interdependência cada vez maiores;
- aprender a dialogar com as outras culturas e aceitar negociar e propor compromissos de modo a evitar comportamentos de rejeição ou de assimilação;
- desenvolver uma formação que explique e contribua para a compreensão da diversidade cultural e dos preconceitos e estereótipos socialmente construídos em relação às minorias e às diferenças religiosas, sociais, étnico/culturais, geracionais e de género, assim como dos procedimentos para combatê-los, de modo a favorecer a alteridade e as expectativas positivas em relação às minorias;
- fornecer instrumentos conceptuais para análise, compreensão e identificação dos processos psicossociais, cognitivos, sociais e políticos relacionados com a construção das identidades individuais e coletivas e suscetíveis de originar a intolerância, a discriminação, a exclusão, o etnocentrismo e o racismo;
- promover competências tecnológicas, nomeadamente ao nível do domínio e utilização das novas tecnologias, tais como a internet, as quais vêm, através da inclusão

digital, favorecer a comunicação intercultural, a inclusão social, a educação transnacional e viabilizar encontros virtuais que facilitam o contacto e partilha de ideias e recursos de informação e aprendizagem disponíveis em qualquer parte do mundo;

- incrementar informação e formação à negociação dos conflitos à escala nacional e internacional, de cariz social, económico, político e cultural ou sobre conflitos entre valores fundamentais (atentados aos direitos humanos, formas de discriminação e violência, pobreza e desigualdades sociais, entre outros);

- desenvolver um bom conhecimento dos contextos físico, ecológico-cultural e sociopolítico, nomeadamente através de aprendizagens teóricas e empíricas e da observação participante.

## CONCLUSÃO

A pluralidade e a heterogeneidade dos mundos contemporâneos, nomeadamente no espaço europeu, exigem aprender a viver a multiplicidade de culturas, de pertenças e de referências, não sob a forma de dicotomias, de exclusividade e de exclusão, mas de um modo plural, interativo e complementar. O objetivo da interculturalidade não é a separação do universal e do particular mas a união, ou seja, a organização de um contexto cultural, social e relacional integrativo que tenha em conta um processo dialético ligando o Eu e o Outro, a abertura à pluralidade e o reconhecimento das identidades e da alteridade.

É importante um paradigma de abordagem da diversidade cultural, da(s) mobilidade(s) e dos grupos minoritários, não como um problema, mas como um recurso de capacitação e revalorização de identidades culturais e de cidadania(s), uma oportunidade de desenvolvimento individual, social e cultural e um processo de resiliência. Isto de modo a fortalecer as competências dos indivíduos e dos grupos para se consciencializarem dos seus direitos e deveres e para enfrentarem a diversidade, a alteridade, a mudança e projeto de vida de forma positiva e participativa.

Concordámos com Delors (1996) quando acentua que *é necessário assumir a diversidade e a multipertença como uma riqueza. A educação à pluralidade é não só uma proteção contra a violência, mas também um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas.*

É fundamental sensibilizar os decisores políticos e os diferentes profissionais que trabalham nos vários sectores para a importância da formação e da pesquisa no âmbito intercultural, particularmente na área da comunicação intercultural. O desenvolvimento de competências interculturais, nomeadamente comunicacionais, é fundamental ao conjunto da população, sendo a formação e a investigação na área da interculturalidade essencial para o

conjunto dos intervenientes sanitários, sociais, educativos, jurídicos, políticos e dos média, particularmente para os profissionais que trabalham em contextos multiculturais, [tanto] ao nível nacional, como ao nível da cooperação internacional e da ajuda humanitária.

É indispensável desenvolver estratégias e intervenções psicossocioeducativas para que profissionais e cidadãos possam situar-se e fazer face, de forma responsável, crítica, flexível e refletida, às diversidades individuais e culturais que encontram no seio da sociedade e das instituições, assim como aos problemas complexos que coloca a comunicação com indivíduos cujas referências culturais não são as mesmas. Estratégias e intervenções que desenvolvam em todos tanto uma maior compreensão da sua própria cultura e das outras culturas, como uma maior capacidade de comunicação com os membros da sua cultura ou pertencentes a outros grupos e culturas.

A perspetiva intercultural deverá ser integrada numa perspetiva mais ampla de construção da sociedade e de igualdade de oportunidades, devendo estar no centro do processo educativo e do desenvolvimento humano e social, sendo importante que se faça da diversidade, da mobilidade e das relações interculturais um desafio e oportunidade de enriquecimento e de cidadania, ao ritmo de um mundo global e de uma sociedade aberta, plural e solidária, partilhando tradições, competências, recursos e espaços.

*O interculturalismo ultrapassa a igualdade de oportunidades e o respeito das diferenças culturais, englobando igualmente uma transformação pluralista do espaço público, das instituições e da cultura cívica (...). As cidades e as municipalidades deverão promover o encontro e o enriquecimento mútuo entre as culturas, independentemente das fronteiras entre “maiorias” e “minorias”, entre “culturas dominantes” e “subculturas”, já que é aí que se encontra a origem da inovação cultural, social, cívica e económica (Bloomfield & Bianchini, 2004).*

## **BIBLIOGRAFIA**

Berry, J. (1989). Acculturation et adaptation psychologique. J. Retschitzky, M. Bossel – Lagos, P. Dasen (coord.). *La Recherche psychologique*. I. Paris :L’Harmattan: 135-145.

Berry, J. et al (1992). *Cross Cultural Psychology. Research applications*. Cambridge: University Press.

Bierbrauer, G., Pederson, P. (1996). Culture and migration. G. Semin e K. Fiedler (eds). *Applied social psychology*. London, Sage: 399-422.

Bloomfield, J., Bianchini, F. (2004). *Planning for the intercultural city*. Stroud: Comedia.

Brislin, R., Yoshida, T. (1994). *Intercultural communication training: an introduction*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Clanet, C. (1990). *L'interculturel. Introduction aux approches interculturelles en education et en sciences humaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.

Cohen-emerique, M. (1993). Travailleurs sociaux et interculturel: quelle démarche? F. Grong-dahmane (Ed.). *Enfants d'ici, enfants d'ailleurs*. Ramonville Sainte-Agne: Érès.

Delors, J. et al. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO. Comunicação Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. Porto: Editora ASA.

Demorgon, J. (1996). *Complexité des cultures et de l'interculturel*. Paris: Anthropos.

Devereux, G. (1992). *Ethnopsychanalyse complémentariste*. Paris: Flammarion.

Gudykunst, W., Kim, Y. (1995). *Communicating with strangers: an approach to intercultural communication*. New York: Ranfom House.

Hoopes, D. (1979). Intercultural Communication concepts and the psychology of intercultural experience. M. PUSCH, *Multicultural education: a cross cultural training approach*. Chicago: Network, Inc.

Ladmiral, J.R., Llpiansky, E. M. (1992). *La communication interculturelle*. Paris: A. Colin.

Marandon, G. (2003). Empathie et compétence interculturelle. A. Kiss, *L'empathie et la rencontre interculturelle*. Paris: L'Harmattan.

Mauss, M. (1950). *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF.

Mead, M. (1955), (ed). *Childhood in contemporary cultures*. Chicago: Chicago University Press.

Morin, E. (1990). *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF.

Ogay, T. (2000). *De la compétence à la dynamique interculturelle*. Berne: Lang.

Ouellet, F. (1991). *L'éducation interculturelle. Essai sur le contenu de la formation des maîtres*. Paris: L'Harmattan.

Phinney, J. et al (2001). Ethnic identity, immigration and well-being: an interactional perspective. *Journal of social issues: immigrants and immigration*. (57, 3): 493-510.

Piaget, J. (1970). *Epistemologie des Sciences de l'Homme*. Paris: Gallimard.

PNUD.(2004). *Relatório do desenvolvimento humano. Liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: Ed. Mensagem.

Ramos, N. (1997). (Cord). *Educar para a diversidade - Timor Oriental*. Versão em Língua Francesa, inglesa e portuguesa. Prod.Scripto, Audio e Video. Lisboa: Universidade Aberta.

Ramos, N. (1997). (Cord). *Educar para a diversidade – Cabo Verde*. Versão em Língua Francesa, inglesa e portuguesa. Prod.Scripto, Audio e Video. Lisboa: Universidade Aberta.

Ramos, N. (1998). (Cord). *Educar para a diversidade – Goa*. Versão em Língua Francesa, inglesa e portuguesa. Prod.Scripto, Audio e Video. Lisboa: Universidade Aberta.

Ramos, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade: Para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (35, 2): 155-178.

Ramos, N. (2002). Communication, éducation et interculturalité. Vers une éducation à la tolérance. *Dialogos*, (5): 68-75.

Ramos, N. (2003). *Interculturalité, communication et education*. Bucareste, Ed. Melina Press.

Ramos, N. (2004), *Psicologia clínica e da saúde*. Lisboa: Univ. Aberta.

Ramos, N. (2006), Migração, aculturação, stresse e saúde. Perspectivas de investigação e de intervenção. *Psychologica*, 41: 329-350.

Ramos, N. (2007a). *Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. (41-3): 223-244.

Ramos,N.(2007b). Comunicação e interculturalidade nos cuidados de saúde. *Psychologica*. 45: 147-169.

Ramos, N. (2008a). *A diversidade cultural na cidade: Problemas e desafios*. In L. Rubim e N. Miranda (org.). *Transversalidades da Cultura*. Salvador, EDUFBA: 133- 179.

Ramos, N. (2008b) (coord.). *Educação, interculturalidade e cidadania*. Bucareste: Milena Press.

Ramos, N. (2008c) (org.). *Saúde, migração e interculturalidade*. João Pessoa: EDUFPB.

Ramos, N. (2009a). Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural. Políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural. *Revista Educação em Questão*, (34), 20, CCSA, Natal, UFRN: 9- 32.

Ramos, N. (2009b). Educar e formar na sociedade multi/intercultural – Contributos para a comunicação intercultural e cidadania. N. Sobral, *CONEXÕES – Educação, Comunicação, Inclusão e Interculturalidade*. Porto Alegre, Redes Editora: 15-37.

Ramos, N. (2009c). Sociedades multiculturais, pedagogia intercultural e educação dos migrantes e minorias – Paradigmas e desafios. H. Brutton e M. Paiva (org). *Epistemologia das Ciências da Educação*. Natal, EDUFRN: 133-158.

Ramos, N. (2009d). Saúde, migração e direitos humanos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*. 17 (1): 1-11, S. Paulo.

Ramos, N. (2010). Interculturalidade e alteridade: dinâmicas, contextos e políticas. In L. B. Brandão Toutain, J. F. Serafim, Y. Geffroy (org.). *Perspectivas em informação visual : cultura, percepção e representação*. Salvador: EDUFBA: 42-56.

Ramos, N. (2011). Educar para a interculturalidade e cidadania: Princípios e desafios. L. Alcoforado et al. *Educação e Formação de Adultos. Políticas, Práticas e Investigação*. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra: 189-200.

Samovar, L. Porter, R. (1988). *Intercultural communication*. Belmont: Wordsworth Pub.

Sandercock, L. (2004). *Reconsidering multiculturalism: towards an intercultural project*. Ph. Wood (ed.) *Intercultural city reader .I*. Bournes Green:Comedia.

Sassen, S.(2001). *The global city*. New York, Princeton: Princeton University Press.

SEF (2010). *A população estrangeira residente em Portugal. Relatório de imigração, fronteiras e asilo*. Lisboa: SEF.

Ting-thoomey, S. (1999). *Communicating across cultures*. New York: Guilford Press.

Todorov, T. (1988). *Nous et les autres*. Paris: Seuil.

Tourraine, A. (1997). *Pourrons-nous vivre ensemble ? Egaux et différents*. Paris: Fayard.

UNESCO (2001). *Déclaration Universelle sur la Diversité Culturelle*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2005). *Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2007). *Dix clés pour la Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles*. Paris: UNESCO.

UNFPA (2008). *État de la population mondiale. Libérer le potentiel de la croissance urbaine*. UNFPA.

Watzlawick, P. et al. (1972). *Une logique de la communication*. Paris: Seuil.

Wieviorka, M. (1997). (dir.). *Une société fragmentée? Le multiculturalisme en débat*. Paris: La Découverte.

Wolton, D. (2003). *L'autre mondialisation*. Paris: Flammarion.